

DISLEXIA: MAIS UM DIAGNÓSTICO PARA JUSTIFICAR O FRACASSO DA ESCOLA

Eliza Helena Ercolin¹

RESUMO: Este artigo discute as várias explicações para o problema do fracasso escolar. Levanta questionamentos sobre a utilidade de se procurar nos alunos um diagnóstico que dê conta de suas dificuldades no processo de leitura e escrita. Salienta ainda que, mesmo com o diagnóstico de dislexia, as dificuldades do aluno não são resolvidas ou amenizadas.

PALAVRAS-CHAVE: dislexia, fracasso escolar, dificuldades escolares

ABSTRACT: *This article discusses the various explanations about the problem of school failure. It raises questions about the usefulness of the students seeking a diagnosis that gives an account of their difficulties in the process of reading and writing. It also stresses that, even with the diagnosis of dyslexia, the difficulties of the student are not solved or comprehended.*

KEYWORDS: *dyslexia, school failure, school difficulties*

A aprendizagem humana como tema de interesse e pesquisa começou a ser mais desenvolvido no último século. O tema ganhou realce nas décadas entre 1950 e 1970.

Os estudos efetuados trouxeram consigo várias teorias, conceitos, programas e muitas controvérsias. O processo de aprendizagem passou a ser investigado por várias áreas do conhecimento tentando cada uma delas desvendar as causas, o processo e a finalidade da aprendizagem.

Várias definições foram dadas à aprendizagem, algumas mais elaboradas, outras mais simplistas, porém, o que se percebe é que em todas as explicações propostas encontra-se implícita no termo aprendizagem, uma relação bilateral, tanto da pessoa que ensina como da que aprende.

¹ Psicóloga, formou-se pela Universidade de Educação e Cultura do ABC, em 1978, e é mestre em Psicologia da Saúde pelo Instituto Metodista de Ensino Superior de São Bernardo do Campo (1990). Atualmente é psicóloga no Centro de Saúde do Guarujá e professora na Faculdade de Educação, Ciências e Letras Dom Domênico, no Guarujá

Apesar de se conceber a aprendizagem como um processo que envolve uma relação entre escola e aluno, o que mais se vê é: se há fracasso na aprendizagem, a causa sempre recai sobre um único lado da relação, no caso, o aluno.

O sistema escolar ampliou o acesso à escolarização, porém não desenvolveu uma ação que a tornasse eficiente e garantisse o cumprimento daquilo que se propõe, ensinar a todos os alunos. A escola que tem por objetivo prover melhoria nas condições de vida da sociedade moderna, acaba por produzir na contemporaneidade a marginalização e o insucesso de milhares de crianças e jovens.

A situação deplorável da escola brasileira pode ser verificada em avaliações nacionais e internacionais. Segundo a revista *Veja* (nº 27, julho de 2008):

Segundo o último Inaf, 72% de nossa população não é plenamente alfabetizada. O Saeb revela que a qualidade do ensino vem caindo desde a primeira edição do exame, em 1995. O Pisa mostra que, entre 57 países testados, o Brasil fica em 53º lugar em matemática e 52º em ciências

Existem muitas razões pelas quais a criança não aprende na escola e também inúmeras classificações dos problemas de aprendizagem. Os primeiros trabalhos sobre as dificuldades de aprendizagem escolar centravam suas explicações nas noções de congenitabilidade e de hereditariedade, atribuindo as perturbações causadas por lesão cerebral, as disfunções neurológicas, a retardo de maturação ligados a um equipamento defeituoso.

Através dos trabalhos de Binet e Simon (1904) o fracasso escolar foi associado ao déficit intelectual. Décadas depois a carência cultural foi a explicação mais aceita pelos especialistas.

Posteriormente a abordagem sociopolítica (Patto, 1996, Collares, 1989) apontou o processo social de produção do fracasso escolar.

Esta abordagem enfatizou o papel da escola e dos processos sociais mais amplos como contribuintes para a explicação desse fenômeno. Para Collares (1989):

É necessário desmistificar as famosas causas externas do fracasso escolar, pela articulação destas àquelas existentes no próprio âmbito escolar, relativizando e até mesmo invertendo as muitas formas de compreendê-lo, dentre as quais a atual caracterização do fracasso escolar como “problema de aprendizagem”, que dessa perspectiva seria pensando como “problemas de ensinagem”, que não são produzidos exclusivamente dentro da sala de aula.

O mais importante é discriminar e distinguir os distúrbios de aprendizagem (sendo uma disfunção do SNC) de dificuldade escolar que está relacionada especificamente a um problema de ordem e origem pedagógica. Não nos parece que uma caça aos alunos com dislexia vá promover uma melhora nas condições de oferta na escola.

É importante conhecer os dados científicos que apontam a quantidade estimada de possíveis distúrbios e sua gravidade. Segundo Ciasca (2000):

A dificuldade escolar pode atingir de 5 a 20% da população em idade escolar em países desenvolvidos, nos quais apenas 7% teriam algum tipo de disfunção neurológica; sendo 5% com sinais neurológicos leves e 2% com disfunções graves.

Comparando-se os dados acima com os encontrados no Brasil, Ciasca (1994) afirma que:

As cifras de dificuldade escolar em nosso país são assustadoras. Apesar de haver esforços governamentais em minimizar essa situação, continuamos a ter cerca de 30 a 40% da população que frequentam as primeiras séries escolares com algum tipo de dificuldade.

Diante de tais resultados, as explicações variam desde a falta de motivação dos alunos, pouco envolvimento dos familiares, falta de recursos materiais, baixos salários, entre outros.

Os distúrbios de aprendizagem por sua vez, são segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV, APA, 1994) assim definidos:

Os distúrbios de aprendizagem são diagnosticados quando os resultados do indivíduo em testes padronizados e individualmente administrados de leitura, matemática ou expressão escrita estão substancialmente abaixo do esperado para sua idade, escolarização e nível de inteligência.

Ao longo do último ano surgiram vários projetos de lei com o objetivo de identificar e tratar supostos casos de dislexia em várias cidades e estados brasileiros. Dislexia virou um imenso guarda-chuva, onde cabem todas as mazelas da escola. Cursos e seminários sobre o tema, personagens de novela com dislexia, artigos e mais artigos sobre dislexia. Achamos o mal que aflige nossos estudantes: são todos disléxicos.

Nós professores, agora podemos lavar as mãos e culpar os outros. Se acharmos os culpados, teremos uma educação de qualidade. Nada mais temeroso do que retornar à antiga prática de medicalização das dificuldades escolares. Em época de educação inclusiva o que se apregoa é melhorar a qualidade da escola dando conta da diversidade de alunos.

Sem questionamentos, o rótulo pode acabar servindo de desculpas para erros e dificuldades que são de todos nós, governantes que utilizam mal as verbas para a educação, professores que trabalham por vezes até três períodos, sem tempo de prepararem-se adequadamente, a família que sendo pouco escolarizada, não consegue auxiliar seus filhos, e finalmente uma pequena parcela que deve ter alguma dificuldade específica chamada dislexia. Afinal o que é dislexia?.

Segundo a *International Dyslexia Association* - Comitê de Abril / 1994 apud Mico, (2004) a dislexia:

É um dos muitos distúrbios de aprendizagem. É um distúrbio específico da linguagem de origem constitucional caracterizado pela dificuldade em decodificar palavras simples. Mostra uma insuficiência no processo fonológico. Estas dificuldades na decodificação de palavras simples não são esperadas em relação à idade. Apesar de instrução convencional, adequada inteligência, oportunidade sociocultural e ausência de distúrbios cognitivos e sensoriais fundamentais, a criança falha no processo da aquisição da linguagem. A dislexia é apresentada em várias formas de linguagem, freqüentemente incluídas nos problemas de leitura, em aquisição e capacidade descrever e soletrar.

Antes de nos atermos ao diagnóstico de dislexia propriamente dito, é importante lembrarmos que dentro da teoria construtivista, inverter e suprimir letras, são naturais durante o processo de aprendizagem.

Se na pressa de se diagnosticar quem tem ou não dislexia e não se verificar adequadamente a idade da criança, em que fase está, se frequentou pré-escola ou não, se há estímulos no lar para a escolarização, etc, correremos o risco de rotular crianças que apenas estão se desenvolvendo normalmente, criando uma geração de falsos disléxicos.

O maior risco é ver estas crianças alijadas do processo de aprendizagem devido pertencer a uma categoria discriminada como tendo problemas de aprendizagem. Todos nós sabemos o que acontece com crianças com diagnóstico, e infelizmente na maioria das vezes, não significa maior cuidado e empenho do professor da sala de aula.

Normalmente o aluno diagnosticado, seja qual for o rótulo dado, será visto como um aluno que não é da responsabilidade do professor.

Será que o processo de alfabetização, onde se inicia a escolarização é de domínio de todos os professores alfabetizadores?

A criança tem a sua frente uma estrada longa, até chegar à leitura e a escrita da maneira que nós, adultos, a concebemos, percebendo que a cada som corresponde uma determinada forma; que há grupos de letras separadas por espaços em branco, grupos estes que correspondem a cada uma das palavras escritas.

Segundo Cagliari., (1989):

Alfabetização é o processo pelo qual as pessoas aprendem a ler e a escrever. Entretanto, esse aprendizado vai muito além de transcrever a linguagem oral para a linguagem escrita. Alfabetizar-se é muito mais do que reconhecer as letras e saber decifrar palavras. Aprender a ler e a escrever é apropriar-se do código lingüístico-gráfico e tornar-se, de fato, um usuário da leitura e da escrita.

Segundo Emília Ferreiro e Ana Teberosky reconhecidas internacionalmente por seus trabalhos sobre alfabetização, a grande maioria das crianças, na faixa dos seis anos, faz corretamente a distinção entre texto e desenho, sabendo que o que se pode ler é aquilo que contém letras, embora algumas ainda persistam na hipótese de que tanto se pode ler as letras quanto os desenhos.

Chamam a atenção para o fato de que é bastante significativo que estas crianças pertençam às classes sociais mais pobres que por isso acabam tendo um menor contato com material escrito.

Novamente é importante refletir sobre as dificuldades na aquisição da leitura e escrita que enfrentam parte do alunado, principalmente os de renda econômica mais baixa.

O tempo dedicado à alfabetização está sendo suficiente para que todos tenham sucesso? O professor alfabetizador sabe reconhecer em que fase do processo cada um de seus alunos se encontra?

Vejamos como se realiza o processo de construção da escrita.

Na 1ª fase início dessa construção, as tentativas das crianças dão-se no sentido da reprodução dos traços básicos da escrita com que elas se deparam no cotidiano. O

que vale é a intenção, pois, embora o traçado seja semelhante, cada um "lê" em seus rabiscos aquilo que quis escrever. Desta maneira, cada um só pode interpretar a sua própria escrita, e não a dos outros. É nesta fase que a criança elabora a hipótese de que a escrita dos nomes é proporcional ao tamanho do objeto ou ser a que está se referindo.

Na 2ª fase a hipótese central é de que para ler coisas diferentes é preciso usar formas diferentes. A criança procura combinar de várias maneiras as poucas formas de letras que é capaz de reproduzir. Nesta fase, ao tentar escrever, a criança respeita duas exigências básicas: a quantidade de letras (nunca inferior a três) e a variedade entre elas, (não podem ser repetidas).

Na 3ª fase são feitas tentativas de dar um valor sonoro a cada uma das letras que compõem a palavra. Surge a chamada hipótese silábica, isto é, cada grafia traçada corresponde a uma sílaba pronunciada, podendo ser usadas letras ou outro tipo de grafia. Há, neste momento, um conflito entre a hipótese silábica e a quantidade mínima de letras exigida para que a escrita possa ser lida. A criança, neste nível, trabalhando com a hipótese silábica, precisa usar duas formas gráficas para escrever palavras com duas sílabas, o que vai de encontro às suas idéias iniciais de que são necessários, pelo menos, três caracteres. Este conflito a faz caminhar para outra fase.

Na 4ª fase ocorre, então a transição da hipótese silábica para a alfabética. O conflito que se estabeleceu - entre uma exigência interna da própria criança (o número mínimo de grafias) e a realidade das formas que o meio lhe oferece, faz com que ela procure soluções. Ela, então, começa a perceber que escrever é representar progressivamente as partes sonoras das palavras, ainda que não o faça corretamente.

Na 5ª fase, finalmente, é atingido o estágio da escrita alfabética, pela compreensão de que a cada um dos caracteres da escrita corresponde valores menores que a sílaba, e que uma palavra, se tiver duas sílabas, exigindo, portanto, dois movimentos para ser pronunciada, necessitará mais do que duas letras para ser escrita e a existência de uma regra produtiva que lhes permite, a partir desses elementos simples,

formar a representação de inúmeras sílabas, mesmo aquelas sobre as quais não se tenham exercitado.

O número de crianças e jovens que têm dificuldade no processo de leitura e escrita é alarmante. Será que o diagnóstico de dislexia dá conta para explicar este fenômeno?

A leitura segundo Fonseca (1995):

É o resultado da interação de diferentes vias neuronais, portanto, depende de estruturas corticais íntegras. Assim, o difícil ato de ler, requer vários processos neurológicos, psicológicos e sociambientais para ser efetivo; e, alteração em alguns desses aspectos podem gerar prejuízos no processo de desenvolvimento e aquisição da capacidade de ler.

Tendo em vista este longo processo, uma interrogação se faz necessária: os alunos das séries iniciais estão tendo um acompanhamento por parte da escola que lhes possibilite vencerem todas as etapas citadas? Todos na escola têm clareza deste processo e suas fases? Há tempo útil para acompanhar cada aluno?

A caracterização do que é distúrbio de aprendizagem, dificuldade escolar e a dislexia gera controvérsias e o diagnóstico sendo um processo bastante complexo e que exige muito critério.

A própria ABD (Associação Brasileira de Dislexia) preconiza que o diagnóstico deve ser realizado por uma equipe multidisciplinar, que precisa descartar fatores como déficit intelectual, disfunções ou deficiências auditivas e visuais, lesões cerebrais (congenitas e adquiridas), e desordens afetivas anteriores ao processo de fracasso escolar. O diagnóstico não exige exames específicos, apesar de ser uma doença neurológica, isto se deve a não existência de exames que consigam fazer tal diagnóstico.

O diagnóstico é eminentemente clínico, onde não se realiza, via de regra, uma profunda investigação das condições de ensino daquele que é examinado. O tratamento não se baseia, na maioria das vezes, no uso de medicação. O tratamento que se dá, com

maior frequência, é um treinamento de habilidades de caráter fundamentalmente pedagógico.

Finalmente, supondo que um número de alunos tenha tal diagnóstico, o de dislexia, será que determinar que esse grupo de crianças e jovens que têm dificuldades na aquisição da leitura e escrita são portadores de uma patologia resolve suas dificuldades?

O que dizer então dos outros que não serão diagnosticados? Já que se sabe que a prevalência da inaptidão para a leitura é de 2 a 8% de crianças em escolas elementares, países como o Brasil onde há um número grande de analfabetos funcionais, deveria procurar melhorar a qualidade de ensino oferecido à população em geral: os alunos com dislexia, sem dislexia, com deficiência, sem deficiência, brasileiro, estrangeiro, etc..

Não é um diagnóstico que vai resolver o problema do fracasso escolar nas escolas brasileiras e sim um compromisso de toda a sociedade por um ensino de qualidade para todos.

Bibliografia

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e lingüística. São Paulo: Scipione, 1989.

CIASCA, S.M. Distúrbios de aprendizagem em crianças: análise do diagnóstico interdisciplinar. Tese de doutorado, Faculdade de Ciências Médicas: UNICAMP, 1994.

CIASCA, S.M. Avaliação neuropsicológica e neuroimagem dos distúrbios de aprendizagem da leitura e escrita. In: Associação Brasileira de Dislexia (ed). Dislexia: cérebro, cognição e aprendizagem. *Collectanea Symposium*. Série Medicina e Saúde. Martins Fontes Editoria: SP. 2000.

COLLARES, C.A.L. Influência da merenda escolar no rendimento em alfabetização: um estudo experimental. SP: Escola pós-graduada de Ciências Sociais da Fundação Escola de Sociologia e Política de SP, 1989 (tese de doutorado)

DSM-IV. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 4ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FONSECA, V. Introdução às dificuldades de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

IOSCHPE, G. De pais e professores. In: Revista Veja edição 2068 ano 41, nº 27 de 9 de julho de 2008. SP, Editora Abril.

MICO, M.A.; BARREIRO, M.M. Dislexia. In: Sociedade Brasileira de Neuropsicologia, Neuropsicologia e aprendizagem. SP: Robe Editorial, 2004.

PATTO, M.H.S. A produção do fracasso escola: histórias de submissão e rebeldia. SP: Casa do Psicólogo, 1999.